

RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO

2022



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DE COOPERAÇÃO

2022

Em ficheiro anexo são disponibilizados os valores subjacentes aos gráficos da atividade de cooperação.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2023 • www.bportugal.pt

Índice

- 1 Atividade de cooperação do Banco de Portugal em 2022 | **7**
 - 1.1 *XXXII Encontro de Lisboa* | **11**
 - 1.2 Iniciativas de cooperação sobre criptoativos e Moeda Digital de Banco Central | **12**
 - 1.3 Seminário sobre alterações climáticas | **14**
 - 1.4 Impacto da formação nos bancos centrais | **15**
- 2 Avaliação da cooperação nos organismos internacionais | **17**
- 3 Cursos e seminários realizados em 2022 com participação dos Países de Língua Portuguesa | **19**
 - 3.1 Sistemas de pagamentos | 23 a 27 de maio | **19**
 - 3.2 Implementação da política monetária do Eurosistema | 23 a 27 de maio | **19**
 - 3.3 *The knowledge of the euro and the fight against counterfeiting — Pericles Programme* | 20 a 24 de junho | **19**
 - 3.4 *Risk Focused Supervision and Risk Assessment* | 17 a 20 de outubro | **19**
 - 3.5 Estatísticas e bases de microdados | 17 a 21 de outubro | **20**
 - 3.6 Acompanhamento de mercados | 24 a 28 de outubro | **20**
 - 3.7 Previsão macroeconómica | 7 a 11 de novembro | **20**
 - 3.8 Introdução à gestão de reservas e à gestão do risco | 21 a 25 de novembro | **20**
 - 3.9 BdP Academia | **20**



Os desenvolvimentos económicos e geopolíticos recentes intensificaram riscos e incerteza. Nesse contexto desafiador para a calibração de políticas, a cooperação assume redobrada importância.

Reconhecendo que o multilateralismo é peça-chave na resposta aos desafios globais, a cooperação do Banco de Portugal procura contribuir para a capacitação institucional dos parceiros e para promover um diálogo que aprofunde a compreensão de uma realidade em profunda mutação.”

Mário Centeno,
Governador do Banco de Portugal

A cooperação em números **2022**



1 Atividade de cooperação do Banco de Portugal em 2022

Os desenvolvimentos em 2022 colocaram os bancos centrais no centro da resposta de política económica internacional. A subida dos preços, no rescaldo da crise pandémica e da invasão da Ucrânia, acelerou a reorientação da política monetária com o intuito de preservar a estabilidade de preços e a ancoragem das expectativas de inflação, em particular nas economias avançadas. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, condições financeiras mais restritivas agravaram vulnerabilidades, dificultando as escolhas de política. Adicionalmente, os bancos centrais são agentes relevantes na resposta aos desafios estruturais decorrentes do avanço da digitalização e das alterações climáticas. Este contexto contribuiu para reforçar a relevância da cooperação, também entre os bancos centrais, na procura das melhores respostas e soluções multilaterais.

A atividade de cooperação do Banco de Portugal com os bancos centrais dos países emergentes e em desenvolvimento traduz esse reforço, com realização de 182 ações em 2022, o número mais elevado desde que há registo. A consolidação da utilização das plataformas digitais, em tipos específicos de ações, com ganhos de eficiência, de facilitação do acesso e de redução da pegada ambiental, tem contribuído para esta evolução, com a via remota a representar 63% das ações, não obstante a retoma das atividades presenciais.

As ações envolveram a generalidade dos departamentos do Banco, principalmente em temas relativos à governação e missão da banca central, em particular nas áreas da estatística, supervisão e estabilidade financeira, mas incluindo também outros tópicos com procura de ações em ascensão, como os associados aos ativos digitais/criptoativos e às alterações climáticas. No Banco de Portugal, 520 colaboradores estiveram envolvidos nestas ações, que representaram 1221 dias úteis de trabalho.

Os bancos centrais dos países de língua portuguesa (BCPLP) mantiveram-se os principais parceiros da cooperação técnica do Banco de Portugal, representando 86% das ações realizadas. No entanto, em linha com a tendência observada nos anos recentes, outras regiões têm vindo a consolidar expressão na atividade do Banco, com destaque para os Países Vizinhos da União Europeia (11 ações), a América Latina e Caraíbas (9) e África (3), tendo o Banco ainda participado em 3 ações transversais em termos geográficos.

Tal como no ano anterior, a tónica na cooperação multilateral refletiu-se na dinamização de encontros e conferências. Salienta-se o *XXXII Encontro de Lisboa*, reunião ao mais alto nível dos BCPLP, este ano dedicado aos novos desafios dos bancos centrais (Secção 1.1), e os encontros setoriais entre os BCPLP, cujo diálogo acrescido beneficiou do retorno ao formato presencial em 2022. De destacar igualmente a participação do Banco nas duas Reuniões de Governadores do *Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA)*, bem como nos fóruns de diálogo promovidos por aquela organização.

As questões relativas aos ativos digitais, incluindo os estudos sobre as moedas digitais de banco central suscitaram ao longo de 2022 bastante atenção por parte dos parceiros de cooperação, que procuraram conhecer a experiência do Banco no projeto do euro digital (Secção 1.2). As alterações climáticas foram tema de um seminário (Secção 1.3), sendo de relevar também o interesse em iniciativas dirigidas à governação interna dos bancos centrais. Neste contexto, destaque para a iniciativa bilateral com o Banco Central do Brasil de desenvolvimento em parceria de um modelo analítico de mensuração do impacto das ações de formação (Secção 1.4).

As ações de formação permaneceram uma das principais vertentes da cooperação do Banco em 2022, abrangendo domínios técnicos específicos dos bancos centrais e matérias de âmbito geral. Em 2022, os cursos e seminários organizados pelo Banco de Portugal para os BCPLP (Capítulo 3) contaram com uma participação expressiva: 126 participantes em 8 cursos específicos e 167 em 41 cursos da BdP Academia, um programa que abrange ações de formação de competências de gestão e profissionais. Adicionalmente, o Banco manteve o financiamento de dois programas de bolsas de estudo, um para complemento de estudos superiores de quadros dos bancos centrais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste e outro, a atribuir pela Fundação Cidade de Lisboa, para formação a nível superior de estudantes dos PALOP.

Em 2022, o Banco desenvolveu ações de cooperação técnica em articulação com instituições nacionais e internacionais. No plano do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), manteve envolvimento na dinamização da cooperação no âmbito do Grupo de Trabalho para a Cooperação entre Bancos Centrais. Prosseguiu também a sua participação em projetos regionais de capacitação com financiamento da Comissão Europeia, nomeadamente com os Balcãs Ocidentais e na preparação da iniciativa para bancos centrais africanos. Contribuiu igualmente para o apoio ao Banco Nacional da Ucrânia, de forma bilateral, no domínio dos recursos humanos e, integrado no programa de geminação da União Europeia, sobre planeamento estratégico. Para além disso, o Banco colaborou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do seu programa de capacitação institucional, integrando duas missões de assistência técnica dirigidas ao Banco Nacional de Angola e ao Banco Nacional do Cazaquistão, nos domínios da supervisão e gestão do risco, respetivamente.

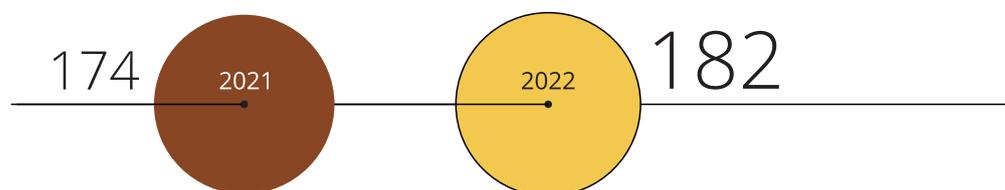
O Banco prosseguiu a participação nas estruturas do *Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde* e do *Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe*, responsáveis pela supervisão e operacionalidade dos acordos e pelo acompanhamento macroeconómico dos respetivos países, tendo as reuniões e as missões técnicas retomado o formato presencial.

Os recursos financeiros que o Banco de Portugal disponibiliza com a cooperação técnica são reportados anualmente ao Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, que os integra no cálculo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa¹. Os dados mais recentes apontam para que a APD portuguesa tenha representado 0,18% do rendimento nacional bruto (RNB) de 2021, em linha com o observado no ano anterior.

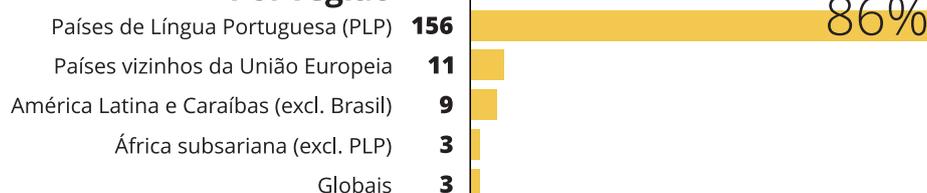
O Banco contribui ainda para o esforço global de cooperação internacional, nomeadamente no contexto da sua relação financeira com o FMI. Destaca-se o envolvimento no debate e análise técnica sobre a canalização voluntária de Direitos de Saque Especiais (DSE), na sequência da atribuição geral de agosto de 2021. Portugal associou-se aos esforços globais de apoio aos países mais vulneráveis, canalizando voluntariamente, para o efeito, parte dos seus DSE através de um investimento do Banco de Portugal na conta de depósito e investimento do *Poverty Reduction and Growth Trust* (PRGT). Dessa forma, Portugal contribui para o apoio do FMI na concessão de empréstimos com condições mais favoráveis a países de baixo rendimento, fundamental face ao contexto de riscos acrescidos que enfrentam.

1. Ver Relatório Anual da Atividade de Cooperação de 2021, Capítulo 2.

Ações de cooperação em **2022**



Por região



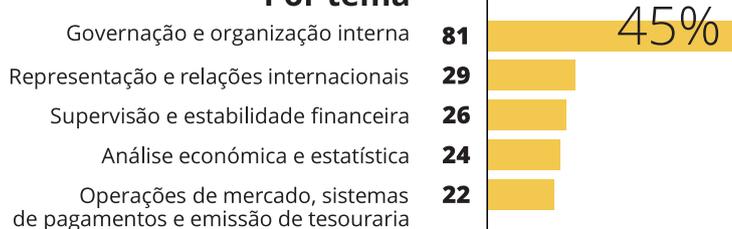
Por contraparte



Por tipologia



Por tema



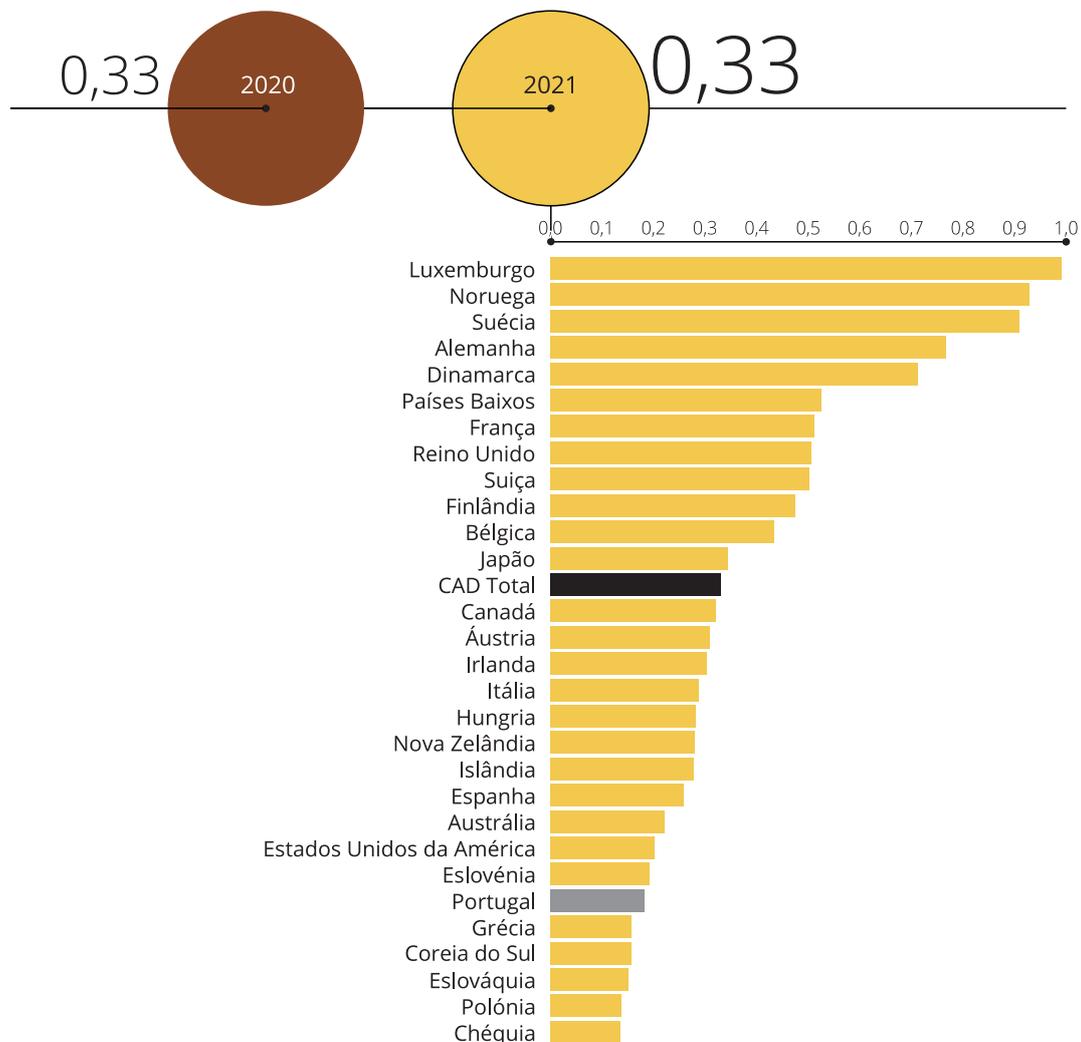
Por modo de realização



Ajuda Pública ao Desenvolvimento

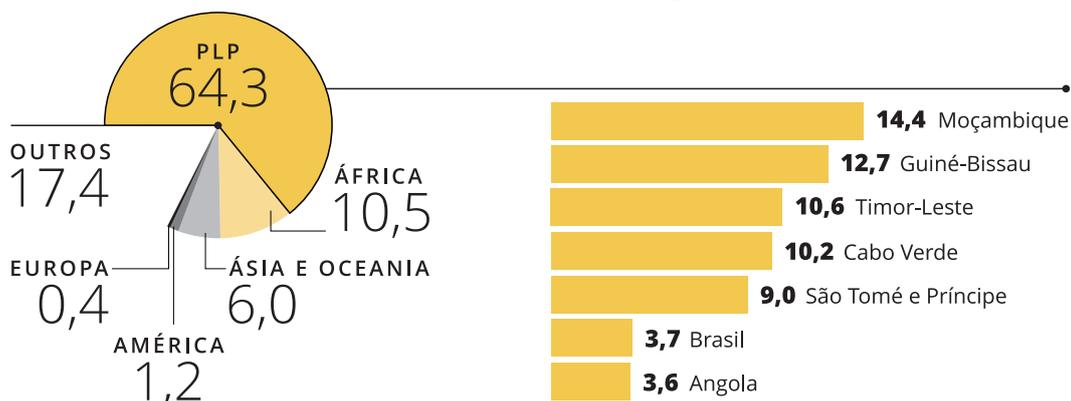
Membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)

TOTAL, em percentagem do rendimento nacional bruto



Portugal

BILATERAL, POR CONTRAPARTE | 2021, em percentagem do total



1.1 XXXII Encontro de Lisboa

O XXXII Encontro de Lisboa teve lugar a 10 de outubro de 2022, reunindo delegações dos BCPLP ao mais alto nível. Na sessão pública participaram ainda embaixadores dos Países Lusófonos sedeados em Lisboa e representantes de instituições financeiras internacionais, do sistema financeiro português, de associações empresariais e da administração pública.

A sessão pública do Encontro teve como tema principal os novos desafios para os bancos centrais. Na intervenção de abertura, o Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, destacou a importância do reforço dos laços de cooperação num contexto internacional marcado pela incerteza resultante de uma recuperação a diferentes velocidades da economia mundial, do recrudescimento generalizado da inflação e do choque exógeno que representou a invasão da Ucrânia. Referiu o papel particularmente relevante dos bancos centrais confrontados com a necessidade de adotar medidas de política monetária que assegurem a estabilidade de preços e, assim, preservem a ancoragem das expectativas para a inflação. Apelou à importância do papel dos bancos centrais na promoção da estabilidade financeira e, do lado orçamental, de o apoio ser temporário e focalizado nos grupos populacionais mais impactados e com menor rendimento.

O tema central foi lançado por Vítor Constâncio, ex-Vice-Presidente do Banco Central Europeu e ex-Governador do Banco de Portugal, orador convidado do Encontro. Abordou primeiramente o desafio de redução da inflação com a preservação da estabilidade financeira, um duplo propósito que deverá ser tido em conta nas decisões de política monetária. Abordou em seguida o tema da Moeda Digital de Banco Central (MDBC), elencando motivos e formas alternativas de implementação. Observou que os níveis de volatilidade exibidos pelas denominadas criptomoedas (ou criptoativos) impedem que cumpram as funções de moeda, desde logo unidade de conta, elemento fundamental à soberania monetária.

Prosseguindo o Encontro em sessão restrita, foram ainda abordados os principais temas das reuniões anuais do FMI e do Grupo Banco Mundial (GBM) e discutido o balanço e perspetivas para a cooperação entre os BCPLP. A partilha realçou a relevância do processo de avaliação da atividade de cooperação, lançando o repto para realização desse exercício em linha com as melhores práticas internacionais (Capítulo 2).

“A agenda das Instituições Financeiras Internacionais destaca a importância da cooperação entre as políticas económicas, lembrando que um sistema mundial assente em regras é essencial para uma retoma sólida, enquanto se equacionam respostas aos desafios conjunturais e estruturais.

A atividade de cooperação não se resume à Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Refiro-me ao benefício conjunto que resulta do debate de soluções para problemas que extravasam as nossas fronteiras. É essa noção que nos move na realização do Encontro de Lisboa e das várias iniciativas que à sua margem decorrem. Levamos, desta forma, para as reuniões anuais do FMI/GBM uma perspetiva rica e um conhecimento mútuo, que são um capital único e um efetivo contributo para o desempenho do nosso papel de bancos centrais.”

Mário Centeno, Governador do Banco de Portugal

“A unidade de conta é a função mais importante desempenhada pela moeda. É ela que confere a verdadeira soberania monetária, isto é, a possibilidade de ter política monetária e macroeconómica num território. Para isso, é indispensável que a moeda seja estável e amplamente utilizada. As criptomoedas não cumprem esses requisitos, pelo que, na verdade, não poderão ser consideradas moedas — são criptoativos com fins especulativos.

A função da moeda só pode ser garantida pela credibilidade soberana conferida pelo banco central. Assim, a emissão de Moeda Digital de Banco Central deverá guiar-se sobretudo pelas motivações ligadas à eficiência do sistema de pagamentos e pela procura dos cidadãos por meios alternativos de pagamentos”

Vítor Constâncio, ex Vice-Presidente do BCE e ex-Governador do Banco de Portugal

1.2 Iniciativas de cooperação sobre criptoativos e Moeda Digital de Banco Central

No processo de crescente digitalização das economias, observado nos últimos anos, destaca-se o surgimento dos criptoativos, ou seja, representações digitais de valores ou de direitos que podem ser transferidos e armazenados eletronicamente. Ainda que os criptoativos sejam, sobretudo, utilizados para efeitos de investimento, podem também ser usados para realizar pagamentos. Acarretando riscos para consumidores e para a missão dos bancos centrais, os criptoativos têm sido objeto de análise por legisladores e reguladores a nível mundial. Na União Europeia, está em curso uma iniciativa que visa regular os criptoativos e em cujos trabalhos o Banco de Portugal tem estado envolvido (*Market in Crypto-assets Regulation*).

Em paralelo, para responder aos desafios decorrentes da digitalização dos pagamentos, entre os quais os relacionados com a emergência dos criptoativos, incluindo das *stablecoins*, um número muito significativo de bancos centrais estuda atualmente a eventual emissão de moeda digital de banco central (MDBC). As MDBC são um passivo/responsabilidade do banco central, logo sem risco, tal como o numerário, mas em formato digital.

No Eurosistema, está em curso o projeto do euro digital, que teve início em 2020 com uma reflexão sobre objetivos, prioridades de uso, requisitos e modalidades técnicas fundamentais de uma MDBC do Eurosistema. O projeto do euro digital encontra-se em fase de investigação.

O Banco de Portugal, enquanto membro do Eurosistema, participa nos trabalhos do projeto do euro digital, sendo esta uma iniciativa prioritária no seu Plano Estratégico para 21–25. Esta participação, confere-lhe uma experiência valiosa reconhecida também pelos outros BCPLP. A temática esteve, assim, presente em ações de cooperação bilaterais com vários BCPLP, com destaque para o Banco de Moçambique, tendo também constituído um dos tópicos abordados na III Reunião de Relações Internacionais, no IX Encontro de Sistemas de Pagamentos (e no *workshop* público que o precedeu), este organizado pelo Banco de Cabo Verde, e no Seminário sobre Sistemas de Pagamentos, iniciativas multilaterais para os bancos centrais lusófonos.

“Em 2022, os temas relacionados com os criptoativos e as moedas digitais de banco central foram objeto de procura significativa nos pedidos de cooperação recebidos dos BCPLP, demonstrando a atualidade e a relevância deste tema para todos os Bancos Centrais. A participação nos trabalhos em curso a nível europeu confere ao Banco de Portugal um elevado grau de conhecimento e experiência nestas matérias, que estas iniciativas permitiram partilhar.”

Departamento de Sistemas de Pagamentos do Banco de Portugal

“O sistema de pagamentos eletrónicos apresenta grandes oportunidades para dinamizar a inclusão financeira em Moçambique, sendo que este sistema se encontra em modernização e expansão, o que é denotado pelo fortalecimento dos diversos subsistemas de pagamentos. A partilha de conhecimento pelo Banco de Portugal permite a perceção de novas experiências sobre a implantação das empresas prestadoras de serviço de pagamentos, possibilitando aos técnicos do Banco de Moçambique conhecer técnicas precisas sobre a identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos associados a estes sistemas.”

Departamento de Supervisão Prudencial do Banco de Moçambique

“As ações de formação relativas aos ativos/moedas digitais levadas a cabo pelo Banco de Portugal foram uma mais valia, na medida em que dotaram os participantes de ferramentas práticas e aprofundadas sobre temas da atualidade, tais como a noção e a diferença dos criptoativos e as moedas virtuais, a tecnologia que tem sido adoptada no uso dos criptoativos e os riscos inerentes. Com certeza, o conhecimento partilhado irá contribuir para a definição de políticas e soluções ajustadas em função dos desafios do Banco de Moçambique enquanto regulador e supervisor do sistema bancário, mormente no tocante à temática relativa à emissão da moeda digital pelo banco central, como um meio complementar ao numerário, e a regulamentação dos ativos virtuais no âmbito das medidas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.”

Departamento de Regulamentação e Licenciamento do Banco de Moçambique

1.3 Seminário sobre alterações climáticas

Nos dias 30 e 31 de maio de 2022, o Banco dinamizou o seminário (*webinar*) “Bancos Centrais e Alterações Climáticas”, destinado aos BCPLP e à Autoridade Monetária de Macau (AMCM). Este seminário surgiu na sequência da discussão sobre o tema promovida no *XXXI Encontro de Lisboa*, em 2021. Nessa ocasião, Frank Elderson, membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu (BCE) e então Presidente da *Network for Greening the Financial System* (NGFS), abordou a sub-representação dos bancos centrais de economias emergentes e em desenvolvimento naquela rede global de bancos centrais e autoridades de supervisão financeira.

A iniciativa procurou sensibilizar os participantes para a relevância das alterações climáticas, sobretudo na perspetiva das missões e atividades dos bancos centrais, dado o seu impacto na condução da política monetária, na estabilidade financeira, na supervisão bancária ou na gestão de ativos, entre outros domínios. O seminário iniciou-se com a identificação da importância económico-financeira das alterações climáticas e os esforços internacionais para dar resposta aos impactos negativos, dando depois a conhecer as diferentes formas como afetam missões e atividades dos bancos centrais, assim como o posicionamento que estes têm adotado. Seguiu-se a apresentação da *abordagem do Banco de Portugal*, com destaque para o seu modelo organizacional, a estratégia integrada adotada e a forma como foram operacionalizadas algumas das iniciativas, o que proporcionou uma troca de perspetivas particularmente ativa. Por último, foram abordadas as agendas para as alterações climáticas de algumas das instituições financeiras internacionais com maior relevância para os participantes, assim como a experiência de participação na NGFS por parte do Banco de Portugal, desde 2018, do Banco Central do Brasil e do BCEAO, ambos desde 2020.

A adesão — 107 presenças de oito bancos centrais de quatro continentes — mostra a oportunidade do seminário e o interesse do tema, constituindo também um meio de divulgação das atividades e documentação produzida pela NGFS. O seminário reforçou a importância do diálogo multilateral para a compreensão de um desafio cuja preponderância na agenda dos bancos centrais é ainda recente, sendo expectável a necessidade de aprofundamento de algumas das dimensões apresentadas em ações futuras.

“A sustentabilidade ESG (ambiental, social e de governo) tem assumido uma importância crescente nas agendas dos bancos centrais, sobretudo devido à vertente das alterações climáticas, um dos principais desafios globais do nosso tempo. O reconhecimento de que estas questões afetam os bancos centrais, nas suas missões essenciais e na generalidade das suas atividades, impôs a necessidade de desenvolver competências em matérias que não eram tradicionalmente do seu âmbito. Foi esse reconhecimento que levou os BCPLP e a AMCM à realização de uma primeira ação de cooperação centrada na relação transversal entre os bancos centrais e as alterações climáticas. A elevada participação registada foi um sinal do interesse que o tema suscita e enriqueceu a partilha de perspetivas e experiências.”

Subcomissão para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável do Banco de Portugal

1.4 Impacto da formação nos bancos centrais

Os benefícios mútuos da cooperação técnica são reconhecidos pelos membros do Grupo de Trabalho sobre o Impacto da Formação, composto por especialistas da BdP Academia e da Universidade do Banco Central do Brasil. O grupo de trabalho, iniciado em meados de 2022, tem por objetivo a criação um modelo de mensuração do impacto das ações de formação e a partilha de conhecimento sobre *Learning Analytics*.

Na génese deste Grupo de Trabalho esteve uma ação de cooperação bilateral sobre a análise de “Indicadores de eficácia das ações de formação”, integrada no Plano de Cooperação de 2022. A ação procurava contribuir para a revisão e melhoria desses indicadores. Os KPI (*Key Performance Indicators*) aplicados tradicionalmente para a avaliação das ações de formação têm-se revelado enviesados ou insuficientes no contexto de intensa inovação e digitalização. O recurso ao *Learning Analytics* procura aumentar a eficácia de KPI e das análises no apoio ao alinhamento estratégico e à melhoria contínua das universidades corporativas.

Uma avaliação mais objetiva dos resultados permitirá escolhas mais eficientes do investimento em formação.

“O GT sobre o Impacto da Formação, atividade de cooperação bilateral desenvolvida entre a Universidade do Banco Central do Brasil e a BdP Academia, é um meio de partilha de conhecimentos e experiências em uma área empolgante e promissora que utiliza dados para informar, com intuito de melhorar o processo de ensino e aprendizagem das academias. Nos encontros, cada instituição apresenta a forma como estão desenvolvendo o trabalho, criando uma base sólida de conhecimento para ser usado por toda a equipe. As reuniões têm possibilitado identificar padrões, tendências e problemas que afetam ambas as instituições, com relação à coleta, extração, tratamento e visualização de dados, bem como a conceção de indicadores. É um trabalho de colaboração entre os participantes, gerando ideias e *feedbacks* construtivos, levando a soluções mais criativas e eficazes. Juntos podemos identificar problemas e desafios e trabalhar em busca de soluções que irão atender a todos. As conversas têm revelado que estamos alinhados, o que facilita o trabalho em direção a um mesmo objetivo.”

Universidade do Banco Central, Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização, Banco Central do Brasil

“A cooperação entre a BdP Academia e a Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen) tem sido uma oportunidade de aprendizagem colaborativa de alto nível entre os técnicos de ambas as entidades, dedicada à partilha, estudo e inovação numa área fulcral para a gestão das academias corporativas: o *Learning Analytics* e a mensuração de impacto das ações de ensino e aprendizagem. Ambos os temas têm sido constantemente abordados em eventos internacionais que congregam profissionais da área de educação corporativa, mas ainda sem respostas a algumas necessidades imediatas deste tipo de negócio. Esta parceria entre a BdP Academia e a UniBacen vem justamente criar um espaço profícuo para a troca de experiências sobre gestão do conhecimento, forma de atuação, tendências e implementação de modelos de análise de dados e indicadores, com *insights* que certamente nos poderão levar à elaboração de um modelo de trabalho aplicável ao dia a dia das academias, capaz de otimizar as oportunidades de mensuração de impacto das ações educacionais. Nestas partilhas, a importância do *Learning Analytics* para a concretização deste objetivo é clara, um investimento essencial que permitirá maior objetividade na avaliação do retorno sobre os investimentos em formação, qualificação e de aprendizagem ao longo da vida nas organizações.”

BdP Academia, Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Banco de Portugal

2 Avaliação da cooperação nos organismos internacionais

Refletindo a importância do papel do Banco de Portugal na ajuda ao desenvolvimento e para compreender e melhorar o contributo da sua atividade de cooperação, foi abordada no *XXXII Encontro de Lisboa*, a possibilidade de lançar um processo de análise do modelo de avaliação desta atividade, por fases, com conceção de metodologias adaptadas à tipologia das ações (cursos e seminários, visitas e estágios, ações de assistência técnica e bolsas de estudo).

Além do diálogo com outras entidades envolvidas na ajuda portuguesa ao desenvolvimento, o ponto de partida para este exercício consistiu num levantamento das melhores práticas em matéria de avaliação de atividades de cooperação ou similares, levadas a cabo por outros organismos, com destaque para entidades internacionais.

Mais concretamente, iniciou-se em 2022, por um lado, uma análise dos resultados do exercício sobre a avaliação das atividades de cooperação internacional, elaborado pelo Grupo de Trabalho para a Cooperação entre Bancos Centrais (WGCBC, da terminologia inglesa, no qual o Banco de Portugal é parte ativa), sob a alçada do Comité de Relações Internacionais do SEBC; e, por outro, uma análise das avaliações do *Institute for Capacity Development* (ICD) e do *Independent Evaluation Office* (IEO) do FMI sobre a atividade de formação e assistência técnica, mas também de acompanhamento e recomendações de política.

Ambos tomam por base, com as devidas adaptações, a abordagem da OCDE à avaliação da assistência ao desenvolvimento. A OCDE sugere **seis critérios de avaliação da assistência ao desenvolvimento** como forma de determinar o mérito das respetivas intervenções: relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e viabilidade ou sustentabilidade. Estabelece ainda dois princípios que presidem à aplicação destes critérios: primeiro, as partes envolvidas na avaliação deverão poder compreender o contexto em que decorre e ter conhecimento sobre como os critérios são interpretados e analisados; e, segundo, a aplicação dos critérios deverá depender do objetivo da avaliação, das necessidades das partes envolvidas e dos recursos e dados disponíveis.

No âmbito do SEBC

O WGCBC procedeu, em fevereiro de 2020, a uma análise mais aprofundada das **abordagens dos seus membros à avaliação das atividades de cooperação internacional**.

Aquele grupo de trabalho define a avaliação como o processo de monitorização, reporte e retorno sobre as atividades de cooperação, aplicando os critérios e princípios da OCDE, com vista a gerar informações credíveis e pertinentes que possam apoiar a tomada de decisão e, em particular, a melhoria ou o reforço das atividades de cooperação futuras. Além de responder a requisitos institucionais, a avaliação poderá também permitir compreender melhor o processo de capacitação dos beneficiários e o grau de adequação da cooperação à capacidade de absorção.

O SEBC estipula ainda que um processo de avaliação, conduzido pela entidade prestadora da cooperação e/ou pelas entidades beneficiárias, deverá respeitar o princípio da proporcionalidade: nem todos os tipos de atividade serão suscetíveis de serem avaliadas na mesma medida e com o envolvimento dos mesmos recursos, podendo algumas tipologias não ser sujeitas a avaliação.

No âmbito do FMI

A avaliação pelo ICD, cuja atuação abrange diversos beneficiários (bancos centrais, ministérios) e domínios (finanças públicas, reformas estruturais em vários setores), cobre as suas ações individuais e a implementação dos seus planos estratégicos, com base num vasto conjunto de indicadores. Por seu turno, as avaliações do IEO percorrem dimensões da atuação do FMI que não se circunscrevem ao *capacity development* (por exemplo, intervenção nas pequenas economias em desenvolvimento, programas de ajustamento, atividade de *surveillance* na área dos fluxos de capitais).

A análise da experiência do IEO e do ICD permite tirar lições para o processo de avaliação da cooperação dos bancos centrais sobre: a necessidade de enquadrar as iniciativas nos objetivos estratégicos da entidade prestadora; os benefícios do envolvimento de outras partes interessadas como representantes da sociedade civil ou cofinanciadoras; e a importância da apropriação (*ownership*) das iniciativas de cooperação e dos processos de avaliação pelos beneficiários. Decorre daqui que a implementação de um sistema de avaliação da cooperação deverá permitir estabelecer um diálogo entre a entidade prestadora e a entidade beneficiária, no quadro do qual as partes confirmam que os objetivos estratégicos subjacentes à cooperação estão claramente identificados, dando assim lugar a uma forma de “contratualização” das ações individuais.

Perspetivas

A apreciação deste conjunto de elementos releva para a conceção do modelo de avaliação da atividade de cooperação a desenvolver. O diagrama seguinte sintetiza este processo:

- (i) A implementação experimental da avaliação deverá ser diferenciada de acordo com a tipologia das ações e ser primeiramente testada para uma tipologia e uma amostra de beneficiários.
- (ii) A avaliação, conduzida segundo os critérios e os princípios propostos pela OCDE, devidamente adaptados, deverá permitir gerar recomendações conducentes a uma eventual revisão dos objetivos ou do modo de funcionamento das ações.
- (iii) Não sendo a avaliação em si mesma um fim, deverá, no longo prazo, permitir averiguar se os objetivos da cooperação estão a ser respondidos, podendo resultar do exercício recomendações para a sua melhoria.



O desenvolvimento de metodologias de avaliação alinhadas com as melhores práticas potencia o impacto da atividade de cooperação.

3 Cursos e seminários realizados em 2022 com participação dos Países de Língua Portuguesa

3.1 Sistemas de pagamentos | 23 a 27 de maio

Seminário organizado pelo Departamento de Sistemas de Pagamentos, com a apresentação de conceitos fundamentais relativos aos sistemas de pagamentos, cobrindo os sistemas e instrumentos dos pagamentos a retalho, a liquidação em moeda de banco central, a inovação nos serviços e sistemas, a listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco, a recolha e produção de informação, a superintendência dos vários sistemas e uma introdução às moedas digitais.

3.2 Implementação da política monetária do Eurosistema | 23 a 27 de maio

Curso organizado pelo Departamento de Mercados, com apresentação dos mecanismos de transmissão da política monetária do Eurosistema, incluindo instrumentos disponíveis, critérios de elegibilidade das contrapartes, ativos de garantia para as operações de crédito e execução das operações de política monetária. O curso incidu ainda sobre a previsão da liquidez do sistema bancário, o papel das medidas não convencionais, os sistemas de informação usados e o impacto da inovação digital e das *Fintech*.

3.3 *The knowledge of the euro and the fight against counterfeiting — Pericles Programme* | 20 a 24 de junho

Seminário organizado pelo Departamento de Emissão e Tesouraria, no âmbito do Programa Péricles, em colaboração com a Comissão Europeia, para difusão do conhecimento relativo ao euro, centralização e partilha de informação quanto à contrafação de moeda dentro e fora da UE, reforço da proteção do euro contra a falsificação numa perspetiva transnacional e pluri-disciplinar. O Seminário procurou sensibilizar os participantes para a dimensão comunitária do euro e facilitar a aproximação das estruturas e dos especialistas envolvidos no combate à contrafação.

3.4 *Risk Focused Supervision and Risk Assessment* | 17 a 20 de outubro

Curso organizado pelo Departamento de Supervisão Prudencial em colaboração com o Federal Reserve Bank of New York. Visa dotar os supervisores de um conjunto de ferramentas para análise de risco de negócio, de forma a assegurar que os mesmos são adequadamente contemplados no processo de supervisão, permitindo assim a análise das principais categorias de risco e da informação de forma a desenvolver perfis de risco das instituições financeiras, bem como de técnicas para avaliar os processos de gestão de risco.

3.5 Estatísticas e bases de microdados

| 17 a 21 de outubro

Curso organizado pelo Departamento de Estatística sobre a experiência do Banco de Portugal na organização e estruturação de um departamento de estatística num banco central. Foram abordadas as principais áreas, com ênfase nas estatísticas monetárias e financeiras, central de responsabilidades de crédito, central de balanços, estatísticas de títulos, estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional, contas nacionais financeiras e estatísticas das administrações públicas. Cobriu igualmente os temas da qualidade estatística, da gestão integrada da informação e da difusão e comunicação.

3.6 Acompanhamento de mercados | 24 a 28 de outubro

Curso organizado pelo Departamento de Mercados, para aprofundamento dos conhecimentos relativos a técnicas e instrumentos de suporte ao acompanhamento e à análise regular dos mercados, nas perspetivas histórica e prospetiva. Incluiu uma visão da economia mundial, as características atuais dos mercados cambiais e financeiros e uma abordagem dos elementos essenciais para a gestão de ativos.

3.7 Previsão macroeconómica | 7 a 11 de novembro

Curso organizado pelo Departamento de Estudos Económicos, com o objetivo de dotar os participantes do instrumental necessário ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento de modelos de previsão macroeconómica, com destaque para os aspetos de previsão da inflação e da utilização de modelos de fatores e indicadores coincidentes, tendo como objetivo a produção de projeções de curto e médio prazo. Incidiu ainda sobre a análise e tratamento preliminar da informação disponível, a modelização da inflação e exemplos práticos dos modelos de previsão do Banco de Portugal.

3.8 Introdução à gestão de reservas e à gestão do risco | 21 a 25 de novembro

Curso introdutório, organizado conjuntamente pelo Departamento de Mercados e pelo Departamento de Gestão de Risco, dedicado aos principais conceitos e procedimentos relativos à atividade de gestão de reservas e à complementar gestão do risco financeiro. Abordou temas relacionados com o acompanhamento de mercados, a execução de operações de gestão de carteira (funções de *front-office*), registo e processamento (funções de *back-office*), bem como a medição e controlo de riscos associados.

3.9 BdP Academia

Integrado no plano de formação disponibilizado pela BdP Academia, ao longo do ano realizaram-se várias edições de cursos dedicados ao reforço das competências de gestão e *soft skills* dos colaboradores dos bancos centrais, que contaram com a participação das instituições congéneres dos países lusófonos.

A técnica Pomodoro para a gestão do tempo — reconhecer as atitudes implícitas perante a gestão pessoal do tempo e as suas consequências na organização e rentabilização do trabalho diário, bem como conhecer uma técnica de gestão do tempo.

Access | iniciado — manipular informação organizada em base de dados relacional (criar e relacionar tabelas de dados, editar dados, efetuar pesquisas e seleções, criar formulários de edição e de impressão e definições de relatórios).

Agile & Smart Working — trabalhar a comunicação em contextos variados, definição de prioridades, eficiência e tomada de consciência em torno da agilidade.

Como definir indicadores que meçam os nossos objetivos? — definir melhores indicadores para os objetivos, para assegurar ambientes de trabalho desafiantes e motivadores.

Comunicação com influência — identificar perfis de comunicação e adaptar o discurso ao interlocutor; reconhecer emoções e saber aplicar comunicação positiva em situações complexas; assimilar técnicas de organização de agendas e reuniões; potenciar o uso da tecnologia para uma comunicação mais eficiente.

Comunicar em português claro — dotar os participantes das ferramentas necessárias para comunicarem de forma mais clara e eficaz com os seus interlocutores, internos ou externos.

Condução de reuniões — dotar os participantes dos instrumentos práticos necessários a um aumento da eficiência das sessões de trabalho e familiarizá-los com os processos de dinâmica dos grupos, que interferem com os resultados.

Design thinking — partindo das necessidades, foi apresentado um conjunto de ferramentas para chegar à inovação, à cocriação e ao diálogo entre membros de equipas diferentes, atingir o potencial criativo máximo das equipas, resolver problemas de forma criativa e eficiente, reduzindo incertezas e riscos iniciais de investimento.

DiSCover the Power of We — dotar os participantes de competências interpessoais, com vista a potenciar o trabalho em equipa e a adaptação ao contexto colaborativo.

Eficácia pessoal e comunicação — identificar a área de controlo individual para potenciar a utilização dos recursos pessoais e a ação na concretização dos objetivos; papel da comunicação eficaz e assertiva e a criação de interações positivas e eficazes.

Ética, Responsabilidade e Sustentabilidade Empresarial — desenvolver competências básicas no domínio da ética, responsabilidade e sustentabilidade empresarial.

Excel | iniciado — familiarizar os formandos com a folha de cálculo e a elaboração de gráficos e fórmulas.

Excel | intermédio — fornecer as bases para permitir uma evolução consistente para uma utilização avançada da folha de cálculo.

Excel | avançado — apresentar conhecimentos mais aprofundados: soluções flexíveis quanto ao modo como se gere um trabalho a efetuar; comandos para operações de tratamento de tipos de dados específicos; funções pré-definidas para tarefas sobre conjuntos de dados; facilidades avançadas de gestão de ficheiros e de ligação de múltiplas folhas.

Excel | VBA — preparar utilizadores de *Microsoft Excel* para automatizar tarefas repetitivas e desenvolver pequenos programas em *Visual Basic for Applications*.

Gerir conflitos: a construção de relações positivas! — apresentar competências, técnicas e *skills* para lidar adequadamente com situações de conflito, com a criação de um clima de confiança, e conseguir soluções através da negociação com vantagens para as partes e para a organização.

Gestão de Tempo em Outlook — uniformizar a escrita de emails, controlar a gestão das tarefas e de calendário, gerir e controlar o fluxo de emails, adequar o arquivo de informação à forma de pesquisa, automatizar processos de gestão, escrita e resposta de emails, introduzir e aplicar conceitos de Literacia Digital na utilização de emails.

Leadership Development — familiarizar os participantes com as atitudes e comportamentos que se esperam da atuação de uma chefia, dotando-os de instrumentos práticos que permitam uma gestão de pessoas eficaz, facilitando a concretização de planos de ação individuais e de equipa.

Liderança para não gestores — utilizar eficazmente as atitudes e comportamentos necessários à função do gestor, dominar a aptidão pessoal e relacional necessária à gestão e dinamização de equipas e desenvolver uma comunicação com impacto junto de elementos de equipas de projeto.

Liderança Positiva — melhorar as técnicas de liderança, identificar o talento e o potencial das pessoas e aprender a comunicar com a equipa de forma sistemática e estratégica.

Management and leadership essentials — abordagem inicial ao papel do gestor na condução de equipas de trabalho e ao planeamento dos recursos internos, orientado para a concretização dos resultados organizacionais.

Mindfulness, uma estratégia para gerir o stress! — conhecer o *Mindfulness* e ajudar a criar estratégias adaptativas de gestão do stress no dia-a-dia, aprendendo a lidar melhor com os “desafios” da vida.

OneNote — módulo de gestão de tempo e trabalho colaborativo em ambiente *OneNote*, concebido para otimizar a gestão de informação e promover trabalho colaborativo.

PowerPoint | iniciado — introdução à produção, adaptação e utilização de apresentações gráficas concebidas para exibição pública ou para funcionamento em locais públicos.

PowerPoint | avançado — ferramentas avançadas para a produção, adaptação e utilização de apresentações gráficas para exibição pública ou para funcionamento em locais públicos.

Public Speaking — técnicas para tornar o discurso mais claro e simples, ganhar maior confiança, controlar a ansiedade e organizar a comunicação de forma a conseguir estruturar mensagens chave, claras, objetivas e sintéticas.

Resiliência — aumentar a capacidade para lidar com situações adversas, identificando e desenvolvendo a estrutura de resiliência.

Ser mais Inteligente Emocionalmente! + Assessment EQ-i 2.0 | Módulo 1 — conhecer a importância da Inteligência Emocional no dia-a-dia e desenvolver competências de controlo e autor-regulação das emoções, por forma a mantermo-nos focados nos nossos objetivos.

Técnicas de apresentação By Story Telling — fatores críticos de uma apresentação em contexto profissional, incluindo o ajustamento à realidade online, e a utilização do *Story Telling* para o aumento da capacidade de comunicação e persuasão.

Time thieves — resolução de situações que condicionam a eficiência do dia-a-dia profissional e pessoal, promovendo uma maior clareza na definição de prioridades, gestão da agenda e alocação do tempo às atividades que têm de ser realizadas, controlando os habituais “ladrões de tempo”.

Toolkit de comunicação — principais pilares da comunicação eficaz; estilo de comunicação; estruturar a comunicação de forma direta e apelativa em diversos contextos; a importância do *call to action*; usar elementos apelativos na comunicação; adequação da linguagem não verbal.

Word | avançado — dotar os participantes de competências práticas e conhecimentos de nível avançado.